



Serviço Público Federal - Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Curso de Licenciatura em Educação do Campo
Ciências Humanas e Sociais
Campus Rolim De Moura



LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RONDÔNIA: PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS¹

Rondinelli Da Costa Silva²
Paulo Aparecido Dias da Silva³

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo central analisar a contribuição dos movimentos sociais do campo na luta pela construção e consolidação do curso de licenciatura em educação do campo na Universidade Federal de Rondônia. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se do materialismo histórico-dialético como referencial teórico-metodológico, apropriando-se das categorias analíticas práxis, contradição e totalidade. A trabalho foi desenvolvido a partir da análise dos documentos do processo de construção do curso e de entrevistas semiestruturadas com professores (as) e representantes dos movimentos sociais do campo envolvidos no processo de construção e um representante da associação dos (as) estudantes do curso. A fundamentação do trabalho se deu a partir da utilização de autores que discorrem acerca dos movimentos sociais e da educação do campo no Brasil, dentre os quais destacam-se Caldart (2009, 2012), Kolling (2012), Arroyo (2012), Molina (2012), Vargas (2012), a fim de analisar dialeticamente o curso de licenciatura em educação do campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), e a contribuição dos movimentos sociais nesse processo, com o protagonismo dos movimentos do campo na discussão mais ampla acerca da educação do campo no Brasil articulada a um processo de transformação social. A partir da pesquisa foi possível identificar que os movimentos sociais do campo em Rondônia, após a aprovação do projeto no Ministério da Educação (MEC) e do debate nas instâncias da UNIR no decorrer da tramitação, os movimentos passaram a participar significativamente no processo de construção e nas discussões, mobilizações e ações que contribuíram para a continuidade do curso.

Palavras-chave: Curso. Educação. Movimentos. Campo. Mobilizações.

INTRODUÇÃO

A partir da participação no Encontro de 20 anos da Educação do Campo e Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), realizado em junho de dois mil e

¹ Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

² Graduando do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Email: rondinelle25@gmail.com

³ Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *Campus* de Rolim de Moura. E-mail: paapdi@unir.br.

dezoito, que teve como tema central: *Educação é direito não é mercadoria* surgiu uma inquietação acerca das contribuições dos movimentos sociais do campo no processo de construção e consolidação da Licenciatura em Educação do Campo em Rondônia, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *Campus* de Rolim de Moura. As falas de alguns dos principais autores da atualidade que discorrem sobre a educação do campo, tais como Monica Molina (2012), Roseli Salete Caldart (2009; 2012), Edgar Jorge Kolling (2012) e Miguel Arroyo (2012), assim como as apresentações nos grupos de trabalho enfatizavam a relação das Licenciaturas em Educação do Campo com a ação dos movimentos sociais. Enquanto ouvia e participava das discussões despertou-se a curiosidade de analisar esse processo em Rondônia.

Destaca-se a participação de uma professora do curso de licenciatura em educação do campo da Unir/RO e de duas estudantes da turma de ciências humanas do curso no encontro nacional. A participação de professores (as) universitários nos espaços de discussão e formação relacionados a educação do campo é importantíssimo para o fortalecimento da proposta de educação do curso. Isso também aponta que é preciso ter profissionais que se identifiquem com a perspectiva do curso e com as formas de atuação dos movimentos sociais.

A participação dessas pessoas nos instiga a continuar no curso de educação do campo, participar ativamente nos espaços de discussão realizar trabalhos que estejam voltados para a realidade dos (as) camponeses (as), sejam eles ligados a educação, movimentos sociais, produção, soberania, enfim, que dialoguem com vida dos (as) camponeses (as), que visem a melhoria da qualidade de vida.

No encontro nacional destacou-se a necessidade do surgimento de novas lideranças sociais que fossem protagonistas na luta pelo projeto de sociedade pautado pelos movimentos sociais. A universidade tem um papel fundamental na construção destes sujeitos, porém, é preciso que os espaços dentro das universidades sejam ocupados. Nesse sentido, os movimentos sociais precisam estar organizados, atentos e participantes nos processos de construção dos cursos como a Licenciatura em Educação do Campo.

A educação do campo tem como relevância para a ciência a transformação da realidade por meio de elaborações de práticas realizadas pelos próprios sujeitos do campo, de forma que os conhecimentos do senso comum se encontrem na academia com os conhecimentos científicos com intuito de lapidar e construir conhecimentos que contribuirão nas práticas diárias desses sujeitos. Outra relevância é a formação do sujeito enquanto pessoa, é mostrar um modelo de sociedade que os movimentos sociais propõem que diverge do modelo em vigência

no nosso país, outro modelo também pode ser possível e pode trazer uma perspectiva de vida melhor da que vivemos.

A carência de educação específica para a realidade do campo é uma demanda dos movimentos camponeses e a formação de professores aptos à atuarem nas escolas do campo, nas comunidades e nos espaços formativos dos próprios movimentos sociais é uma iniciativa imprescindível nesse processo. A necessidade de ocupação do ambiente escolar para construir uma educação do e no campo, e não apenas no campo, tem impulsionado os (as) camponeses (as) a participar da criação de cursos nas universidades públicas e Institutos federais pelo Brasil.

Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo são ou pelo menos deveriam ser frutos de construções coletivas dos sujeitos do campo com a comunidade acadêmica, institucionalizados pelas universidades públicas e/ou institutos federais com a participação ativa dos movimentos sociais camponeses.

Nesse contexto, teve-se como questão central da pesquisa a participação dos movimentos sociais do campo no processo de construção do curso de Licenciatura em Educação do Campo no *Campus* de Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia e como questões norteadoras o protagonismo dos movimentos sociais do campo para a construção da educação do campo no Brasil e a atuação desses movimentos rondonienses na construção da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia.

Desse modo, propôs-se como objetivo geral analisar o protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pela construção e continuação do curso de educação do campo da Universidade Federal de Rondônia - *Campus* de Rolim de Moura e como específicos discutir acerca do protagonismo dos movimentos sociais do campo na construção da educação do campo no Brasil e verificar as formas de atuação dos movimentos sociais do campo nos espaços de discussão e elaboração do curso em Rondônia.

A pesquisa usou como ferramenta de análise o materialismo histórico-dialético. O trabalho consistiu em uma pesquisa investigativa do processo de construção do curso. Fez-se uso de entrevistas semiestruturadas e análise documental a fim de investigar acerca da contribuição dos movimentos sociais do campo em Rondônia para a criação e continuação do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia.

A categoria *práxis* possibilitou compreender a ação dos movimentos sociais guiados por uma perspectiva revolucionária que entende a educação como um elemento fundamental nos processos de luta por emancipação dos (as) camponeses (as). Por meio da categoria *contradição* foi possível explicitar os projetos educacionais e societários em disputa no Brasil e através da

totalidade buscou-se discutir dialeticamente a construção do debate no que diz respeito a educação do campo no Brasil a saber como esse processo se deu em Rondônia.

Silva (2017, p. 27) ao discutir a relação entre o particular e o universal na perspectiva do materialismo histórico, afirma que “não é possível compreender a essência dos fenômenos isolando-os em sua singularidade e desconsiderando as concretas relações com a totalidade”, ou seja, o pesquisador para compreender a essência do que busca, não pode desconsiderar a materialidade histórica do objeto da pesquisa, nem tampouco deixar de compreender a sua realidade atual sem olhar para o passado e a totalidade que a parte da sua pesquisa reside.

Para compreender a construção da educação do campo na perspectiva do materialismo histórico, necessita-se entender que há uma histórica negação da educação ao sujeito do campo, e essa negação parte da conflituosa “luta de classes” (MARX; ENGELS, 1998, p. 40), em que a classe predominante é a classe que tem maior poder econômico e determina que tipo de políticas públicas, sobretudo da educação, serão implementadas na sociedade. Assim, a educação, quando acessível aos (às) camponeses (as), não favorece a sua emancipação. Nesse contexto, a educação do campo parte do entendimento dos (as) camponeses (as) de que é necessário construir uma proposta de educação que atenda às suas realidades.

Compreendendo que a educação do campo é fruto do pensamento dos sujeitos das classes dominadas, então isso acontece a partir da leitura histórica da negação da educação e consequentemente formam novas consciências:

Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p.94).

A consciência do ser que é determinada pela sociabilidade do sujeito real, aparece no processo de construção da educação do campo, de forma que a determinação histórica e as contradições existentes na vida desse ser social permitem construir novos pensamentos;

[...] *o ser social* – e a sociabilidade resulta elementarmente do *trabalho*, que constituirá o modelo da *práxis* – é um processo, movimento que se dinamiza por *contradições*, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade, nos

quais novas *contradições* impulsionam a outras superações (NETTO, 2011, p. 31, grifo do autor).

Neste contexto, o método de pesquisa nos permite identificar o que se propõe, a partir do objeto da pesquisa 'movimentos sociais', usando o materialismo histórico-dialético, conseguimos partindo da luta histórica pela educação do campo e das lutas dos movimentos sociais pela sua construção, no contexto mais geral, pode-se chegar a pontualidade do trabalho que é identificar o papel dos movimentos sociais na construção do curso licenciatura em educação do campo da universidade federal de Rondônia.

A pesquisa de campo foi realizada com três pessoas integrantes dos movimentos sociais do campo, duas professoras da universidade que participaram do processo de construção do curso e um estudante do curso representante da associação de estudantes. As citações das entrevistas foram identificadas com a expressão “trabalho de campo” e na sequência colocou-se o número da entrevista e data de sua realização.

O trabalho está construído em três seções. Na primeira discutiu-se teoricamente acerca da educação do campo no Brasil e a localização desse projeto no estado de Rondônia. Na segunda realizou-se a análise dos documentos relativos ao processo de construção do curso que se encontram disponíveis no departamento de educação do Campo, no *Campus* da UNIR em Rolim de Moura. Na terceira e última seção analisou-se as entrevistas realizadas com os representantes de movimentos sociais e professoras da UNIR que participaram do processo construtivo do curso.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para discutir acerca da educação do campo é preciso compreender minimamente o que é educação, o que são os movimentos sociais e sobretudo o que esses movimentos propõem ao lançar-se ao desafio de criar propostas educacionais para os sujeitos do campo.

Para abordar sobre o que é a educação, faremos uma breve abordagem a partir do que Freire conceitua por educação. Em Freire (1967) a educação humaniza o sujeito para a vivência em sociedade, é uma educação que permite a passagem da concepção ingênua de mundo para a concepção crítica.

Não podíamos compreender, numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse à procura da verdade em comum, “ouvindo, perguntando, investigando”. Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade (FREIRE, 1967, p. 90).

Nesse sentido, não há neutralidade na educação. Ainda de acordo com Freire (2007, p. 98, grifo do autor) “a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto ao seu *desmascaramento*”. A depender da forma como essa educação é construída servirá para emancipar os sujeitos ou para aliená-los e é nessa perspectiva de superação da alienação e emancipação que os movimentos sociais do campo atuam.

Gohn (2000, p. 13) define movimentos sociais como “ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil”. Além disso, as ações dos movimentos sociais são estruturadas “a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas” (GOHN, 2000, p. 13).

No Brasil, foram diversas movimentações e insurgências dos povos excluídos contra governos autoritários, fascistas, neoliberais, etc. Os (as) camponeses (as) não são diferentes, assim como os demais trabalhadores de outras classes, começaram a se organizar contra a opressão de tal maneira que aos poucos foram surgindo os movimentos sociais de camponeses.

Ao falarmos sobre movimentos sociais rurais estamos nos referindo especificamente aos movimentos de trabalhadores rurais, ou seja, de pequenos agricultores, de sem-terras, de atingidos por barragens, de mulheres camponesas, indígenas, quilombolas, etc. Também consideramos que estes movimentos só podem ser compreendidos, ainda que se leve em conta suas particularidades, no âmbito da luta de classes na sociedade (MARTINS, 2012, p. 209).

Segundo Medeiros (1989), a partir da metade dos anos 1940 começam a ficar mais conhecidas as lutas dos (as) trabalhadores (as), talvez pela conjuntura política da época, mas que a partir desse momento surgiram entidades representativas dos (as) trabalhadores (as) em alguns estados. Ainda de acordo com essa autora:

É difícil afirmar se é nesse processo que as lutas passam a existir ou se, em virtude de uma conjuntura política mais favorável, elas começaram a vir a público, tornar-se mais conhecidas e ampliar suas possibilidades. O fato é que, nos meados dos anos 40, já surgiram algumas entidades de representação no campo, em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (MEDEIROS, 1989, p. 18).

Essas organizações não se deram simplesmente porque os (as) trabalhadores (as) queriam ter uma organização, mas para lutar, ter força e voz política a fim de conseguir o mínimo de garantia de vida digna no campo. Algumas dessas reivindicações dos primeiros movimentos, ainda são bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo atuais. Para Medeiros (1989, p. 18), nessas reivindicações, “Eram constantes as denúncias sobre baixos

salários, proibição do plantio de cereais nas “ruas” dos cafezais, tirando, assim, ao colono meios de obter por conta própria gêneros de subsistência; jornadas extensas; ausência de direitos trabalhistas; falta de assistência previdenciária”. Nota-se que é a partir das situações precárias de trabalho e vida que os (as) camponeses (as) se mobilizaram, e ainda o fazem, em atos públicos, greves, manifestações e organizações para obterem êxito em suas reivindicações.

Essa efervescência social agudizou-se nos anos 1950 e início dos anos 1960, no entanto, foi violentamente interrompida pela ditadura civil-militar instalada em 1964. Somente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 as mobilizações são retomadas. Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge como uma importante força política no país. De acordo com Bernardo Mançano (2012):

Seu processo de formação começou por meio de diferentes formas de luta pela terra, realizadas por grupos de camponeses em todo o país, com o apoio da Comissão pastoral da Terra (CPT), no período de 1978 a 1983. Das lideranças que surgiram nesse processo, constituiu-se, então, um movimento nacional. Na região Centro-Sul do Brasil, a CPT apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terras que deram origem ao MST. O I Encontro Nacional do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aconteceu entre os dias 20 e 22 de janeiro de 1984, em Cascavel (PR), e considera-se o dia 21 de janeiro como a data oficial de fundação do MST (FERNANDES, 2012, p. 498).

Na obra *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*, Stedile (1999, p. 21), afirma que “o MST surge do trabalho das Igrejas Católicas e Luterana”. O movimento organizado passa a reivindicar políticas públicas voltadas para a categoria, “a luta é dimensionada em vários setores de atuação do movimento, como a produção, a educação, a cultura, a saúde, as políticas agrícolas e a infraestrutura social” (FERNANDES, 2012, p. 496).

A preocupação com a educação no MST surge, de acordo com Kolling, Vargas e Caldart (2012) a partir da preocupação do movimento com as crianças dos acampamentos, levando-se em conta que a educação é um direito de todos.

Na mesma perspectiva, Caldart (2009, p. 39), pontua que a “educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”. Trata-se de uma proposta de educação protagonizada pelos movimentos sociais do campo.

A educação do campo é uma concepção de educação contrária à educação tradicional ou bancária como conceitua Freire (1987, p.58), é a contraposição ao modelo educacional que serve a burguesia.

A Licenciatura em educação do campo é fruto da discussão por uma educação básica do campo para os sujeitos do campo e se configura a partir das propostas dos movimentos sociais

na construção de uma sociedade justa e inclusiva. Nesse contexto, a universidade é um espaço de produção de conhecimentos e como tal também deve ser ocupada pelos movimentos sociais com o objetivo de produzir conhecimentos fundamentais para as lutas dos (as) camponeses (as).

Considerando, assim, o fato de que a Licenciatura em Educação do Campo nasce da participação direta dos movimentos sociais na sua concepção, pode-se afirmar que ela se enquadra no movimento contra-hegemônico de transformação das políticas públicas de educação no Brasil. Assim como o Estado, a universidade é também um espaço em disputa. Disputam-se o conhecimento, a pesquisa e as ideologias. A educação superior é um *locus* privilegiado deste embate teórico e prático (MOLINA; SÁ, 2012, p. 471).

O surgimento oficial dos cursos de formação de professores (as) se deu com a união dos movimentos sociais do campo.

Os cursos de formação de professores partem das demandas dos movimentos do campo reunidos na Conferência Nacional realizada em 2004, que deu origem, na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC), ao Programa de Apoio as Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo) (ARROYO, 2012, p. 360).

Lutar pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo é lutar pela educação do campo. Trata-se de unir forças pela continuação e criação de projetos e programas que garantam o direito da educação para os povos do campo.

A luta pela garantia do direito à educação escolar para os camponeses passa pela criação de escolas no campo; pelo não fechamento das existentes; pela ampliação da oferta dos níveis de escolarização nas escolas que estão em funcionamento; e, principalmente, pela implantação de uma política pública de formação de educadores do campo (MOLINA; SÁ, 2012, p. 466).

A organicidade em torno dessa política deve-se aos sujeitos do campo, mas precisamente é uma iniciativa do MST, que compreendeu ao longo da trajetória da luta pela terra que os sujeitos têm de ser formados para o enfrentamento à lógica do modo de produção capitalista, com vistas a sua superação. Uma educação que contribua no processo de emancipação dos povos do campo deveria surgir desde a pré-escola, ou seja, não se consegue uma reforma agrária se os sujeitos não entenderem o propósito e o conceito de reforma agrária, para isso é preciso construir uma escola diferente, uma escola que ensina os conceitos da luta pela terra e pela construção de uma sociedade justa e solidária.

A proposta do curso de educação do campo é a continuação desta proposta de escola, é a formação de educadores sociais, jovens do campo, professores (as) que já trabalham em escolas do campo, líderes de movimentos que tem suas trajetórias de luta em prol da educação do campo e dos direitos dos (as) camponeses (as), mas que essas experiências estão se lapidando

com a formação acadêmica com o propósito de compreender a história da construção dessa sociedade e também ter embasamento de que tipo realmente de sociedade querem construir.

Desta maneira, busca-se desencadear processos formativos que oportunizem aos estudantes desta licenciatura a apropriação dos métodos e estratégias de trabalho da produção científica, com o rigor que lhe é característico, sem, contudo, reforçar nestes futuros educadores o preconceito, a recusa e a desvalorização de outras formas de produção de conhecimento e de saberes (MOLINA; SÁ, 2012, p. 468).

De acordo com Caldart (2012) o desafio do MST, após a I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em 1998, era justamente a partir da proposta da educação básica do campo, construir propostas que levassem a formação dos (as) camponeses (as) em professores (as) da educação do campo, outro desafio era expandir a proposta da educação do campo para todo Brasil.

Conforme Caldart (2012, p. 265) “A tríade campo-educação-política pública pode orientar perguntas importantes sobre a realidade educacional da população trabalhadora do campo onde quer que ela esteja”. Esses três elementos que compõem a tríade ajudam alavancar a discussão acerca da educação do campo. O campo, nessa perspectiva, é o espaço em que se propõe uma educação por meio de políticas públicas voltadas para os (as) camponeses (as) e que estejam em comum acordo com a realidade desse campo.

O elemento campo que compõe a tríade além do lugar onde se implantará a educação do campo é também o espaço dos movimentos sociais, portanto, diz respeito à atuação dos sujeitos organizados que propõem as discussões acerca de propostas de políticas públicas que efetivem a educação do campo como educação de formação do ser humano e que também tem por objetivo pautar uma educação referenciada nos modos de produção dos(as) camponeses (as) “na qual o conceito de campo evidencia a disputa por certo projeto de desenvolvimento do campo que tem na produção camponesa a sua centralidade” (MICHELOTTI, 2012, p. 682).

As políticas públicas entram como um elemento essencial para a discussão da educação do campo no entendimento de que é preciso discutir dentro do sistema educacional existente, porém, deve-se construir políticas que possibilitem a realização da proposta da educação do campo. Assim, “o debate e a compreensão sobre o tema das políticas públicas torna-se relevante porque, desde o seu surgimento, a Educação do Campo se configura como demanda relativa à garantia do direito à educação para os trabalhadores rurais” (CALDART, 2012, p. 587). Caso não viabilizem políticas próprias para atender a educação do campo, a discussão não avançará e não chegará aos (as) camponeses (as) e, tampouco, atenderá suas demandas.

Nesse sentido, a educação do campo pensada pelos (as) camponeses (as) tem o objetivo de formar pessoas com propósito de fazerem a transformação social, “defende romper com a qualificação instrumental e afirmar uma formação na qual a raiz de tudo é o ser humano, seu processo de humanização, de emancipação humana” (ARROYO, 2012, p. 365).

Os movimentos sociais de Rondônia assim como todos os movimentos sociais do campo no Brasil lutam não apenas pela educação do campo, mas por um conjunto de lutas que tem por objetivo a emancipação da vida, o direito de viver bem, dormir bem, morar bem, alimentar-se bem, etc.

Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, a cultura, a soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de educação do campo nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela (CALDART, 2012, pp. 263,264).

Ocupar os espaços nas universidades já é um marco, quanto mais em um curso específico para camponeses/camponesas e professores/professoras do campo na medida em que “tem um significado histórico importante na formação de um *intelectual coletivo de classe*, nesse caso orgânico ao trabalho nas áreas de Reforma Agrária: camponeses trabalhando com camponeses” (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 504).

Com o crescente avanço do agronegócio no estado de Rondônia, os (as) pequenos (as) agricultores (as), camponeses (as) se veem encurralados pelo boi e pela soja, acabam vendendo suas propriedades, uns procuram lugares que o boi e a soja ainda não avançaram e outros migram para as cidades. Porém, não adentraremos nesse campo temático, ficando como apontamento para novas pesquisas, mas que cabe na discussão no sentido de entender que a educação do campo tem um papel fundamental na formação dos novos sujeitos que estão se configurando no campo no estado de Rondônia, sujeitos que enfrentaram um agronegócio cada vez mais forte, que expulsa camponeses (as) do campo.

2 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RONDÔNIA

A discussão acerca da implantação do curso de Licenciatura em Educação do Campo na UNIR iniciou-se a partir da publicação do edital de chamada pública nº 02 de 31, de agosto de 2012, da Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – (SECADI), do Ministério da Educação (MEC).

No *Campus* da UNIR de Rolim de Moura uma comissão dedicou-se a elaborar o projeto que foi submetido ao MEC e aprovado, conforme parecer técnico nº171/SESU/SETEC/SECADI/MEC/2012.

Em 29 de abril de 2013 o Diretor do *Campus* de Rolim de Moura deu a ordem de serviço nº 18, para a criação de uma comissão que ficaria responsável pela elaboração do projeto pedagógico do curso de licenciatura plena em educação do campo para aprovação nas instâncias da UNIR. Nesta ocasião, a comissão era composta por professores doutores, mestres e dois discentes. Além desses, compuseram também a construção do projeto os movimentos sociais, órgãos do governo e organizações sociais elencadas a seguir: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), MST, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rolim de Moura (STTR), CPT, Secretaria de Estado de Educação e Cultura e Associação das Escolas Famílias Agrícolas (AEFARO).

Na introdução do projeto pedagógico do curso a comissão responsável coloca a necessidade de preencher lacunas com relação a educação do campo para os camponeses, em especial a formação docente específica para uma educação do e no campo. Também relata que foram feitas várias reuniões anteriores à elaboração deste projeto com movimentos sociais do campo a fim de construir uma proposta que viesse a preencher a lacuna da formação docente em áreas de ciências da natureza e ciências humanas e sociais.

Na proposta do curso exposta no projeto pedagógico evidencia-se que a necessidade de construção do curso de educação do campo é uma demanda urgente levantada pela universidade e movimentos sociais do campo, e tem por objetivo formar professores, formadores populares orgânicos para atuarem nas escolas camponesas existentes em todo o estado de Rondônia. No levantamento feito pela comissão para a construção do projeto há um número muito pequeno de professores atuando nas escolas do campo de Rondônia e a maioria deles não tem formação específica e satisfatória para atender a educação demandada pelos (as) camponeses (as) e suas organizações.

No projeto propõe-se um curso organizado a partir da perspectiva da pedagogia da alternância subdividido em Tempo Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). Essa opção é justificada por esta metodologia atender jovens e professores atuantes nas escolas do campo de todo estado de Rondônia na medida em que com a pedagogia da alternância os jovens poderiam fazer a licenciatura preparando-se para atuarem nas suas comunidades e escolas do campo e intercalar os estudos com o trabalho na produção agrícola e a vivência na comunidade, permitindo, desse modo, a realização do curso e evitando o afastamento da vida da comunidade durante os quatro anos de duração. Esse processo permite uma contribuição na formação do

estudante e também nas construções diárias das comunidades e dos movimentos sociais camponeses.

Nas duas primeiras turmas do curso foram ofertadas 60 vagas para cada área, destinadas a camponeses (as) que concluíram o ensino médio e professores (as) e profissionais da educação atuantes nas escolas do campo ou profissionais que trabalham com programas ligados a educação do campo. Nas turmas seguintes seriam ofertadas 30 vagas para cada área do conhecimento, ou seja, ciências da natureza e ciências humanas e sociais.

De acordo com o projeto, o curso foi criado a partir de uma demanda levantada pelos movimentos sociais, pois os setores e pastas responsáveis pela educação nos movimentos se organizaram e propuseram junto a universidade a criação de uma licenciatura que atendesse a lacuna da formação docente específica para a atuação nas escolas do campo, com o intuito de implementar nestas escolas a educação do campo, ou seja, uma educação que estivesse de acordo com a realidade das comunidades onde existem escolas do campo e também para a luta de criação de novas escolas e, sobretudo, a contribuição que estes sujeitos dariam aos espaços formativos informais nas comunidades e nos movimentos sociais do campo.

O projeto fala do envolvimento dos movimentos sociais também nos trabalhos de TC. Nessa proposta, cada movimento acompanharia seus acadêmicos, contribuiriam com os trabalhos e intervenções nas comunidades e nos espaços dos próprios movimentos. O projeto destaca também que a avaliação dos egressos será feita pela universidade em parceria com os movimentos sociais nos espaços em que estiverem atuando. O projeto menciona uma avaliação que a universidade disponibilizaria para acompanhamento dos egressos por meio de questionários e entrevistas e seriam disponibilizados em um *link* específico para isso, no *site* da Universidade.

A comissão responsável pela elaboração do projeto político pedagógico do curso encaminhou o memorando 23, de 15 de maio de 2013, ao diretor do *Campus* apresentando o projeto que foi aprovado pelo MEC e ajustado para atender as normas internas da universidade. Este memorando foi a resposta à ordem de serviço nº 18 de 29 de abril de 2013 da direção do *Campus* que incumbia a comissão de realizar as adequações necessárias para a tramitação do projeto.

No dia 15 de maio de 2013 a direção do *Campus* de Rolim de Moura encaminhou ao Conselho de *Campus* (CONSEC) o projeto pedagógico do curso para ser apreciado, conforme prevê o inciso IV do art. 36 do Regimento Geral da Unir. Na sessão plenária nº 04 do CONSEC, convocada para 17 de maio de 2013, após as considerações, o projeto político pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo foi aprovado, conforme consta na ata nº 123 da

Sessão plenária do CONSEAC. Na sequência, o projeto foi encaminhado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) para as devidas providências que, por sua vez, após análise, encaminhou à Secretaria dos Conselhos da Unir (SECONS).

2.1 Pareceres e contestações

No dia 11 de junho de 2013, um dos conselheiros da câmara de graduação (CGR), do Conselho superior acadêmico (CONSEA), deu parecer favorável ao projeto, argumentando que esse curso já existia no quadro do *Campus* de Rolim de Moura, criado pela Resolução 080/CONSEA, de 28 de outubro de 2003, denominado de Pedagogia da Terra, para as séries iniciais e agora ajustado com a denominação de Licenciatura em Educação do Campo para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Esse conselheiro foi indicado a partir da solicitação da SECONS que encaminhou no dia 05 de maio de 2013 o despacho para o presidente da CGR para indicação do relator responsável pelo parecer. No entanto, outra conselheira solicitou vistas do processo e apresentou o parecer 1408/CGR desfavorável, recomendando, dentre outras questões, “que as áreas propostas no projeto sejam reduzidas e redefinidas, num processo de reelaboração, **com a participação efetiva do departamento de educação e das organizações do campo** (PARECER 1408/CGR/UNIR, grifo nosso) ”.

Há um requerimento no processo (folha 152) importante na construção do curso, encaminhado pela assessoria jurídica da CPT/RO, expondo o fato da Universidade ter aprovado o projeto político pedagógico do curso de licenciatura em educação do campo para pessoas do campo sem a devida discussão com os interessados, sobretudo, com os movimentos sociais do campo. Na exposição e requerimento de suspensão da aprovação do curso, a assessora jurídica, impetrante do requerimento, afirma que há informações no projeto pedagógico que não condizem com a realidade, na medida em que se sustenta na proposta que houve discussão com os movimentos sociais na criação do curso. A requerente atesta que foi convidada para uma reunião no *Campus* de Rolim de Moura, e nesta tratou-se da articulação dos movimentos sociais para a construção do curso de Licenciatura em Educação do Campo, no entanto, essa articulação não se efetivou, ou seja, a universidade não cumpriu com o que foi discutido na reunião do dia onze de outubro de dois mil e doze e realizou a construção e tramitação do projeto até sua aprovação sem a real participação dos(as) camponeses(as) e seus representantes.

A AEFARO, a assessoria jurídica da CPT, o MST e o MPA enviaram documentos à universidade informando que não participaram efetivamente do processo e solicitando que o projeto fosse revisto, assim como colocaram-se à disposição para juntos construir uma

proposta que fosse viável para os (as) camponeses (as) no sentido da formação de lideranças dos assentamentos e comunidades camponesas como especifica o final da carta do MST e MPA.

Na análise apresentada no parecer 1408/CGR, de 22 de junho de 2013, são apontadas inconsistências, dentre elas, o fato de que a constituição da comissão responsável pela elaboração se deu após a aprovação do projeto pelo MEC, ou seja, a comissão foi constituída informalmente para elaboração do projeto e depois que o MEC aprovou que a universidade constitui legalmente a comissão. Outro ponto é que os movimentos não foram incorporados efetivamente, sendo que dois discentes do curso de história da época foram nomeados para compor a comissão apenas pelo fato de morarem no campo. Assim como a assessoria da CPT relatou no requerimento, esse parecer relata que os movimentos sociais citados no início do projeto não participaram da discussão de construção do projeto e alguns sequer sabiam da proposta de criação do curso.

Para dar o parecer a conselheira entrou em contato com os representantes dos movimentos citados no início do projeto e constatou que a participação ficou restrita apenas à reunião que a assessoria jurídica da CPT relata no requerimento, outros movimentos não teriam participado, ou seja, o projeto foi construído apenas pela comissão responsável e ainda usou o nome dos movimentos para aprovação no MEC e nas instâncias da universidade. Em uma reunião não datada no processo estiveram presentes: uma representante da Escola Família agrícola – (EFA) de Novo Horizonte, um professor de Alto Alegre dos Parecis que tem vínculo com o MPA, dois membros da CPT e um membro do STTR de Rolim de Moura, na ocasião discutiram a área do conhecimento que seria ofertada no curso, e esses componentes citados acima votaram contra a proposta haja vista que pleiteavam o curso de Educação do Campo em Ciências Agrárias, porém refutada pelos professores do *Campus* lotados nos cursos de agrárias da universidade. Nessa reunião aprovou-se que o curso seria de Educação do Campo Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais, não especificando quais áreas do conhecimento.

Ainda de acordo com o parecer 1408/CGR, de 22 de junho de 2013, o curso de Pedagogia da Terra citado no projeto não foi uma proposta de curso regular e sim um projeto de extensão do curso de pedagogia, em que seriam formados em caráter especial sessenta pedagogos (as), inclusive nesta proposta os movimentos sociais do campo tiveram a participação efetiva no processo de construção, compondo inclusive as comissões pedagógica e de finanças. Este curso tinha a garantia dos subsídios básicos oferecidos pelo PRONERA.

No dia 24 de junho de 2013 a direção, juntamente com a comissão de elaboração do projeto, encaminhou um documento ao presidente da câmara de graduação da universidade pedindo uma sessão extraordinária, ou que se tomassem medidas com relação ao pedido de

vistas do processo, um dos questionamentos refere-se à forma como a conselheira desqualificou o projeto e as pessoas que trabalharam na sua elaboração.

No dia 17 de julho de 2013 a comissão de elaboração envia um despacho à direção do *Campus* pedindo arquivamento do processo por conta das questões apontadas no parecer 1408/CGR, de 22 de junho de 2013. Na sequência, a direção encaminhou despacho à PROGRAD pedindo arquivamento.

No dia 31 de julho de 2013 a Reitoria da UNIR encaminhou o ofício 387/GR à SECADI comunicando que a universidade tinha submetido um projeto de curso e por não ter sido aprovado nas instâncias superiores da Universidade por divergências políticas e por reivindicações de diversos movimentos sociais, que solicitavam efetiva participação no processo de elaboração do projeto. A UNIR informa, ainda, que houve pedido de vistas e diligências que apontaram problemas operacionais para a implantação do curso e que a comissão decidiu não mais continuar e nem reformular o projeto culminando com seu arquivamento. No dia 01 de agosto de 2013 a Reitoria protocola o ofício de nº 391, com cópia do ofício 387, direcionado à diretora da rede do IFES no Ministério da Educação (MEC).

O departamento de educação do *Campus* de Rolim de Moura, no dia 07 de novembro, encaminha o Memorando de nº 53 com a cópia do processo para a secretaria dos conselhos superiores (SECONS) informando ter tomado ciência dos trâmites realizados. Em 27 de novembro de 2013 o processo foi encaminhado pela SECONS ao *Campus* de Rolim de Moura para arquivamento.

2.2 Desarquivamento do Processo

O despacho do departamento de educação do *Campus* de Rolim de Moura, de 05 de dezembro de 2013, relata que foi realizado uma reunião em Porto Velho com a reitora da universidade, estando presentes representantes do departamento de educação do *Campus* de Rolim de Moura e representantes dos movimentos sociais do campo no dia 08 de novembro de 2013 que culminou com a decisão de desarquivamento do processo do projeto político pedagógico do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Nesta segunda etapa de elaboração do projeto político pedagógico o MST, STTR de Rolim de Moura e MPA encaminham nomes de seus representantes para comporem a comissão de acompanhamento da construção do projeto. Depois de realizadas as alterações e correções levantadas pela CGR, o projeto foi aprovado nas diversas instâncias da universidade.

Após a retomada dos trâmites do projeto, a universidade em parceria com os movimentos sociais e sindicais do campo se organizam e inicia-se o curso a partir da realização

da aula inaugural que aconteceu no dia 14 de setembro de 2015, possibilitando que as duas primeiras turmas iniciassem as aulas. A efetivação deste curso torna-se um marco histórico para a universidade federal de Rondônia, em que um curso de licenciatura com ênfase na formação de professores licenciados nas áreas de filosofia, sociologia, biologia, química e física conseguisse agregar camponeses, indígenas, quilombolas e ribeirinhos de todo o estado, sendo que muitos desses (as) estudantes são também militantes de movimentos sociais e sindicais e/ou professores (as) de escolas do campo.

3 A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA CONSTRUÇÃO DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO EM RONDÔNIA

A discussão da educação do campo tem sido uma constante pauta dos movimentos sociais do campo em Rondônia. Nesse sentido, e de acordo com a pesquisa realizada, nota-se que o Curso de Licenciatura foi pensado para reforçar e reafirmar a importância da educação do campo tanto para os sujeitos do campo como para os movimentos sociais.

Um (a) dos (as) entrevistados (as) que atua no MPA afirma que, embora o movimento não tenha participado ativamente desde o início da elaboração do projeto político pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, aponta a contribuição nos debates dentro e fora da universidade pautando não somente o curso, mas também outras demandas relacionadas diretamente à luta dos (as) camponeses (as) por educação do campo.

O movimento tem pautado o curso desde que começou, desde quando começou até hoje, muita coisa mudou, o movimento tem pautado, contribuimos com alguns debates, por último, discutimos em alguns debates, fomos chamados para contribuir no projeto político pedagógico do curso, dar uma revisão crítica, então compreendemos que o curso tem uma importância muito grande, ao mesmo tempo a gente consegue enxergar uma defasagem muito grande dos movimentos sociais, não conseguimos ter uma reunião contínua da articulação estadual da educação do campo, não apenas para pautar o curso de licenciatura, mais para a luta pelo não fechamento de escolas, o projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMTec), militarização das escolas, pensar uma plataforma sobre o que queremos desses jovens que estão formando das diferentes organizações nesse curso, destaco como limite dos movimentos (Trabalho de Campo, entrevista 02, realizada dia 29 de abril de 2019).

Outro (a) entrevistado (a) destaca que o protagonismo dos movimentos sociais no que diz respeito a propostas de cursos que atendessem a demanda da educação do campo e dos movimentos é anterior à proposta do Curso de Licenciatura em Educação do campo.

Articulamos os movimentos, o MST, o MPA e a FETAGRO, o que fizemos foi articular. O movimento sem-terra vinha a bom tempo, aí não posso dizer quanto tempo até vir o curso, propondo com a UNIR um curso de nível superior, primeiro, nós propusemos uma graduação em geografia que não foi a frente, por que a pessoa que estava à frente não deu continuidade, depois, nós propusemos um curso de ciências

sociais, que também não deu certo, por que o professor que estava conversando conosco foi fazer doutorado. Depois, nós fomos comunicados que em Rolim de Moura, alguns professores haviam feito um projeto, para licenciatura em educação do campo e tinham enviado para o MEC dentro do edital do MEC. Fomos ver o projeto, e aí fomos discutir e levantar ideias para o projeto, que na verdade, isso até inclusive atrasou a execução do projeto, por que nós dos movimentos pedimos que queríamos discutir o projeto, por que até ali o projeto não tinha sido discutido, então fomos discutir, fizemos várias reuniões, sobre concepção de alternância, sobre a concepção de acompanhamento, sobre os requisitos, aqueles requisitos para busca dos estudantes, para seleção dos estudantes, nós fizemos juntos, então houve várias reuniões, depois disso foi mandado o projeto (Trabalho de Campo, entrevista 01, realizada dia 27 de abril de 2019).

No processo de construção do curso a contribuição dos movimentos sociais, de acordo com o (a) entrevistado (a) 04, se dividiu em dois momentos após a aprovação do projeto pelo MEC.

Com relação a esse protagonismo dos movimentos sociais na implantação da licenciatura em educação do campo, eu acho que essa condição foi fundamental para realização desse curso, para a existência dele, e eu acho que isso se deu de forma muito relevante, nessas frentes, no primeiro momento que é aquele momento conceitual de elaboração do projeto, ajustes, adequar, corrigir o projeto que já tinha sido aprovado pelo MEC, principalmente a questão do público alvo, como que montaria aquelas categorias todas para atender o edital, todo o projeto, mas essa condição do público alvo, das áreas do conhecimento de formação, do modelo de alternância que seria adotado, tudo isso seria muito discutido no conselho naquele colegiado daquele momento para organização do PPC, para montar o PPC (Trabalho de campo, entrevista 04, realizada dia 17 de maio de 2019).

No segundo momento, pode-se destacar o protagonismo dos movimentos sociais na efetivação do curso. Após a tramitação burocrática dentro das instâncias da universidade, os movimentos sociais entram como atores importantes na mobilização dos (as) interessados (as) em parceria com os (as) servidores (as) da universidade comprometidos (as) com o curso.

o segundo momento importante desse protagonismo foi o processo de operacionalização do curso, para o curso realmente acontecer, ter a aula inaugural, realmente iniciar suas atividades enquanto curso, foi importante por que os movimentos sociais conseguiram ir para além das barreiras da universidade, as barreiras institucionais que a gente enfrentava, de licitação, de resolução da parte estrutural de alojamento, alimentação, transporte, sendo que não tínhamos mais prazos de licitação, de nada para uso do recurso, então os movimentos sociais operacionalizaram tudo isso, para acontecer a aula inaugural e o primeiro módulo do curso começar acontecer, então essa parte foi fundamental, também importante destacar a participação dos profissionais desse *Campus*, dos sujeitos profissionais daqui desse *Campus*, tanto dos professores, quanto servidores técnicos, todos se disponibilizaram a participar, todos tiveram participação, ainda que não diretamente no processo de elaboração, de implantação, mas nas atividades e meios necessários que acontecesse para fazer ele deslançar, como por exemplo, o vestibular, só foi possível acontecer por que essas pessoas se disponibilizaram a trabalhar voluntariamente nesse processo. Tínhamos uma comissão bastante grande, um número grande de pessoas motivadas a trabalhar nesse curso, que estavam se doando

para a realização desse curso aqui dentro desse *Campus* ((Trabalho de campo, entrevista 04, realizada dia 17 de maio de 2019).

No início do curso foram realizados seminários temáticos com a duas primeiras turmas, ciências da natureza e ciências humanas e sociais, para tratar de assuntos relacionados ao curso de educação do campo, tais como: as didáticas utilizadas durante os dois primeiros períodos, a participação dos movimentos sociais do campo nesse processo, dentre outros assuntos. Esses seminários foram organizados pela universidade e movimentos sociais, tais como: CPT, FETAGRO e STTR de Rolim de Moura, realizados com a participação dos estudantes, apresentação de trabalhos, participação e contribuição dos movimentos sociais, tanto na infraestrutura quanto na composição de mesas temáticas que abordaram o curso de licenciatura em educação do campo e a educação do campo em um contexto amplo.

Ao tratarmos do protagonismo dos movimentos sociais na criação da licenciatura em educação do campo em Rondônia é preciso situá-lo como parte de uma agenda de lutas históricas e de âmbito nacional, como destaca Caldart (2009, p.40) “Os protagonistas do processo de criação da Educação do campo são os “movimentos sociais camponeses em estado de luta”, com destaque aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária e particularmente ao MST”. Por isso, deve-se destacar que apesar da universidade ter iniciado a discussão em Rondônia, não devemos perder de vista que, embora os movimentos tenham entrado após a discussão já ter iniciado, essa é uma política pertencente a pauta nacional dos movimentos sociais e sindicais do campo.

Parafraseando Caldart (2009), o protagonismo dos movimentos sociais pela educação do campo não é um protagonismo dado, mas é uma construção insistente desses sujeitos organizados com propósito de construir uma sociedade justa.

Na sua origem, o ‘do’ da Educação *do* campo tem a ver com esse protagonismo: não é ‘para’ e nem mesmo ‘com’: é *dos* trabalhadores, educação *do* campo, *dos* camponeses, pedagogia *do* oprimido... Um ‘do’ que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade (CALDART, 2009, p. 41, grifo do autor).

Após a reunião realizada em Porto Velho com o departamento de educação do *Campus* de Rolim de Moura e movimentos sociais que ocasionou o desarquivamento do processo, coube aos movimentos sociais mobilizarem-se para intensificar a divulgação do curso, sobretudo da abertura do edital do processo seletivo que daria origem a formação das duas primeiras turmas.

O que cabia a nós naquele momento, é que quando retornamos, voltar as discussões, intensificar a divulgação, nesse período nós também conquistamos um espaço na rádio

comunitária de alto alegre dos Parecis e fundamos um programa chamado sabadão camponês que existe até hoje. E através desse programa vários professores daqui foram intensificar essa campanha, para dar continuidade nesse projeto, então um dos instrumentos que foi muito forte, principalmente na região de alto alegre, zona da mata foi o sabadão camponês. O que mais queríamos era a implantação do curso, então posso dizer que daí para frente as coisas fluíram, então houve uma unificação, um processo bem interessante e abraçamos a causa (Trabalho de campo, entrevista 03, realizada dia 16 de maio de 2019).

Os movimentos sociais têm pautado os (as) estudantes do curso que estão em suas bases, ajudando a pensar e repensar o curso a cada dia, além de discutir a metodologia e as abordagens que a proposta requer. Além disso, discutem sobre a abertura de novas turmas e o fortalecimento da luta para que o curso se consolide, fortaleça e torne a licenciatura um projeto de extensão.

O movimento tem contribuído para enfrentar as barreiras, penso que a nossa contribuição tem sido com os estudantes, nós enquanto movimento, temos pautado os nossos estudantes, sejam os que estão concluindo o curso, os demais que estão entrando, que o curso é um espaço de militância, e que ali eles precisam fazer a sua parte, questionar o que vem acontecendo no curso, simplesmente como método adotado pela universidade, de avaliação, as questões cotidianas são resolvidas através de questões mais jurídicas e a gente compreende que isso poderia ser resolvido de forma mais dialógica, então a gente tem provocado nossos estudantes a fazer esse processo, por outro lado também, mobilizando outros estudantes para as novas turmas que vem, a fim que a gente possa fortalecer os professores que estão dentro do curso, construindo o curso com bastante dedicação, e também respeitando os estudantes que são da primeira turma que enfrentaram muitas dificuldades e vem resistindo até hoje (Trabalho de campo, entrevista 02, realizada dia 29 de abril de 2019).

Levantamento feito na pesquisa documental aponta que os movimentos foram incorporados de fato no processo de construção do curso, a partir do momento em que estes tiveram conhecimento da proposta que estava sendo construída na universidade, inclusive protagonizaram uma nova discussão e abordagem da proposta da licenciatura. “O movimento fez parte da comissão responsável da criação do curso, porém é importante ressaltar que a universidade fez um projeto do curso sem muita participação inicialmente, mais aí solicitamos que fosse refeito o processo, e isso foi refeito e a gente rediscutiu” (Trabalho de campo, entrevista 01, realizada dia 27 de abril de 2019).

Os questionamentos acabaram contribuindo para o arquivamento do projeto, porém logo depois foi reaberto para nova análise e prosseguimento do projeto, seguindo as recomendações do parecer quanto a tramitação nas instâncias da universidade.

O (a) entrevistado (a) 06 da pesquisa quando questionado sobre o papel dos movimentos sociais na construção do curso, ressalta que os movimentos sociais não tiveram muito protagonismo no processo construtivo, porém reafirma o que já foi constatado que é a participação dos movimentos a partir da aprovação do curso.

O curso foi criado de forma autoritária, sem a participação do movimento camponês que tem uma história de construção da educação do campo em todos os níveis. Depois de implantado o curso, os movimentos acabaram mobilizando suas bases para concorrer no edital de seleção. Com o ingresso da primeira turma e a contratação de professores comprometidos com a educação do campo, o curso começou a envolver um pouco mais os movimentos (Trabalho de campo, entrevista 06, realizada dia 02 de junho de 2019).

Diante dos apontamentos percebidos nas respostas dos (as) entrevistados (as) é possível notar que os movimentos sociais estiveram presentes ajudando a construir a proposta do curso a partir do momento em que este foi aprovado no MEC, porém é importante novamente frisar que no contexto geral da educação do campo no Brasil estes não deixam de ser protagonistas, ainda nessa perspectiva de participar do processo construtivo abordaremos na subseção seguinte a auto-organização dos estudantes como forma de consolidação do curso.

3.1 Auto-organização dos (as) estudantes como forma de resistência no processo formativo

Para iniciar a discussão da auto-organização dos estudantes é preciso primeiro abordar a contribuição dos movimentos sociais nesse processo. Para que os estudantes estivessem melhor organizados coletivamente para atender as demandas básicas de um estudante, tais como alojamento, alimentação, transporte e local de realização de leituras e trabalhos, foram realizadas oficinas de auto-organização e coletividade com duas representantes dos movimentos sociais, ressaltando que essas representantes também são professoras e estão engajadas no meio acadêmico e em lutas sociais em seus movimentos.

De acordo com o entrevistado representante da Associação dos Acadêmicos e Acadêmicas de Licenciatura em Educação do Campo (AALEDOC) a organicidade dos (as) estudantes se deu desde o início do curso com a colaboração dos movimentos sociais, haja vista que vários estudantes do curso são lideranças nesses movimentos. A necessidade da auto-organização dos (as) estudantes se deu devido a universidade não oferecer os itens básicos para atender estudantes de outras localidades, tais como alimentação, transporte e alojamento.

A proposta de criação da associação se deu a partir da necessidade de amenizar os problemas encontrados pelos estudantes, porém “na verdade, a associação foi uma continuidade do processo auto-organização que já havia no curso como a distribuição de tarefas de funções e trabalho, tudo de forma coletiva e rotativa, como aquisição da alimentação, trabalho práticos de limpeza doméstica” (Trabalho de campo, entrevista 05 realizada dia 21 de maio de 2019). Foi uma forma de institucionalizar a organização já existente em torno da vivência dos (as) estudantes na cidade sede do curso.

De acordo com o entrevistado 05 a constituição da AALEDOC aconteceu a partir da articulação realizada por uma das professoras do curso, comprometida com a proposta da educação do campo e com as lutas dos movimentos sociais, que conseguiu uma doação no valor de cinquenta mil reais para aquisição de uma residência para os (as) estudantes.

Nesse processo deve-se destacar a importância da CPT, pois a doação desse recurso aos estudantes se deu por intermédio e contribuição da comissão, essa professora que articulou, além de professora do curso, é também militante da CPT, contactou a coordenação da pastoral que comprometeu-se a receber o recurso e ajudar os (as) estudantes a se organizarem para a compra da casa, bem como, colocou-se à disposição para a construção de novos projetos que venham a melhorar a vida dos (as) estudantes da educação do campo.

O entrevistado reconhece que há uma grande dificuldade de gerenciar a associação, porém, não deixa de ser um espaço importante de discussão e de apoio aos (as) estudantes que estão se formando e aos que ainda ingressarão, visto que a associação se tornou um instrumento de luta do curso e através dela poderão ser pensadas futuras ações junto aos egressos.

Cada turma tem suas formas próprias de auto-organização com relação a estadia durante os períodos de TU, porém, a associação é uma forma unificada dessas práticas organizativas, além de ser uma organização dos (as) estudantes, é também uma organização de pessoas que compõem diversos movimentos sociais e composta também por pessoas que não pertencem a movimentos, como é o caso de algumas que são professores (as) das escolas do campo. Os diversos entendimentos acerca do que constitui uma organização enriquece a propositura da associação que é apoiar os (as) estudantes durante a formação, busca por melhorias, representatividades no que se fizer necessário, elaboração de projetos para os (as) estudantes em formação e também aos egressos do curso, etc.

Haja vista que a associação congrega todas as turmas que estão cursando licenciatura em educação do campo, temos o desafio de ter uma unanimidade na ação e práticas no intuito de construir um espaço que dê um maior conforto e condições para que possa responder as necessidades dos estudantes, algo que possa apoiar na melhoria na locomoção e alimentação durante o tempo universidade, o que deve ser perseguido pelas próximas turmas (Trabalho de campo, entrevista 05 realizada no dia 21 de maio de 2019).

Com relação a representatividade dos estudantes, o entrevistado 05 destaca que a partir da instituição dessa associação, o curso terá uma representação em nível nacional que possibilita, além de reforçar a luta, dar visibilidade, reconhecimento ao curso no sentido de mostrar que este é um curso em que se produz conhecimento, forma professores (as) camponeses (as) para o trabalho nas escolas do campo, trabalho esse que vai além da profissão

de lecionar, é o trabalho de aproximar a comunidade da escola e a escola da comunidade, aproximar os conhecimentos do senso comum, tradicionais, empíricos ao conhecimento científico.

Ter uma representação oficial nos levou a ter mais visibilidade enquanto turma organizada, o relato da experiência feita pelo secretário da associação durante o ENCONTRO NACIONAL 20 ANOS EDUCAÇÃO DO CAMPO E PRONERA, realizado nos dias 12 a 15 de junho de 2018 em Brasília, após ter socializado a experiência, foi reconhecida como 1º experiência nessa modalidade em todo Brasil (Trabalho de campo, entrevista 05 realizada no dia 21 de maio de 2019).

Mesmo que a associação tenha surgido de uma necessidade específica, a discussão se amplia na compreensão dos sujeitos envolvidos de que contribuirá com o curso tanto no presente quanto no futuro, em elaborações de projetos e nas representações. É uma forma coletiva de organização que poderá atuar nos momentos e discussões tanto informais quanto formais.

Além da questão da organização, da gestão e representação a associação também é um espaço de realização da práxis, é um dos espaços em que os sujeitos a partir de uma teoria adquirida realizam sua prática, é o lugar da realização do trabalho, da mobilização, articulação, em que “logo entenderam que o conhecimento de que necessitam somente se produz na relação entre teoria e prática, pelo vínculo do estudo com o trabalho, com as questões da vida real ” (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012, p. 506).

Assim, é na vida real que se constroem as lutas, enfrentamentos, trabalhos e representações da teoria adquirida durante a formação acadêmica. A AALEDOC se propõe a realização dessa práxis que caracteriza as ações dos movimentos sociais do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com essa pesquisa investigar a participação dos movimentos sociais do campo na construção do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia. O método utilizado foi o materialismo histórico dialético, no sentido de averiguar e analisar o protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pela educação do campo, sobretudo, pelo projeto político da Licenciatura em Educação do Campo.

A pesquisa buscou discutir brevemente acerca do surgimento da educação do campo no Brasil, dialogando com autores que discorrem sobre a educação do campo, sobretudo autores que participaram do processo desde o início, como é o caso de Roseli Caldart (2009, 2012), Arroyo (2012) e Molina (2012). Conforme a pesquisa bibliográfica realizada, nota-se que o MST foi o protagonista da construção do projeto de educação do campo, por isso, foi preciso

discutir brevemente sobre o surgimento do MST e sua importância para a educação do campo no Brasil, pois o surgimento da educação do campo com o MST se deu a partir da necessidade de educar suas crianças, e a preocupação se dava em educar para a luta, para a continuidade do movimento, por isso o termo Educação do Campo. Abordou-se também o surgimento das Licenciaturas no Brasil com a Conferência Nacional realizada em 2004, que deu origem a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC). Por último, localizamos a educação do campo na luta dos movimentos sociais do campo em Rondônia para a criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo.

A pesquisa também debruçou-se na investigação por meio de análise documental e entrevistas, a fim de constatar a participação dos movimentos no processo construtivo do curso, levando-se em conta que este ainda se encontra em construção, identificando até que ponto os movimentos contribuíram no processo destacando-se o papel fundamental na mobilização nos períodos de ingresso das turmas e sua contribuição na organização de atividades e eventos que extrapolam os limites impostos pela burocracia da universidade, à exemplo da mobilização para viabilizar a realização da aula inaugural.

Com a realização da pesquisa foi possível constatar que os movimentos sociais do campo em Rondônia, sobretudo o MST, já vinham discutindo junto a universidade projetos de construção de cursos que atendessem as demandas do campo, dos movimentos sociais, da luta pela terra, formação acadêmica que viabilize melhores condições de trabalho e vida digna no campo. Esse processo de certa forma incentivou a universidade a propor o curso de licenciatura em educação do campo nas áreas de ciências humanas e sociais e ciências da natureza.

Para possibilitar a continuação do curso, o desafio de fazer com que duas novas turmas ingressem neste ano de 2019 é tanto da universidade quanto dos movimentos e, para que isso aconteça, é preciso a estreita relação entre as partes, no entanto, cabe também aos egressos serem os novos sujeitos a protagonizarem a continuidade desse curso.

Durante a escrita do trabalho foi possível visualizar outros campos de pesquisa que poderão ser explorados em futuras pesquisas, porém, destaca-se, a temática relacionada ao avanço do agronegócio em Rondônia que culmina na expulsão dos (as) camponeses (as) e camponesas, tendo a educação do campo como um enfrentamento a essa política. Possibilita em estudos mais avançados compreender por que o boi e a soja tendem a acabar com as pequenas propriedades, expulsar os camponeses (as) de suas propriedades a fim expandir sistemas monocultores a base de agrotóxicos.

Os movimentos sociais contribuíram e ainda o fazem na medida em que pautam diariamente a linha política da proposta da educação do campo nos espaços de discussão, eventos científicos e na auto-organização dos (as) estudantes que realizam místicas, leitura de poesias, apresentações culturais e dividem-se em coletivos para atender demandas do cotidiano à exemplo das comissões de limpeza, alimentação e transporte. Desse modo, pode-se afirmar que as práticas dos movimentos sociais estão presentes desde as salas de aula até os momentos de confraternização.

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DEL CAMPO EM RONDÔNIA: PARTICIPACIÓN Y CONTRIBUCIÓN DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES.

RESUMEN

El objetivo central del presente trabajo es el de analizar la contribución de los movimientos sociales del campo en la lucha por la construcción y consolidación de la carrera de licenciatura en educación del campo en la Universidad Federal de Rondônia. Para el desarrollo del trabajo fue utilizado el materialismo histórico-dialéctico como referencial teórico-metodológico, apropiándose de las categorías de análisis: praxis, contradicción y totalidad. El trabajo fue desarrollado a partir del análisis de documentos del proceso de construcción de la carrera y de entrevistas semiestructuradas con profesores (as) y representantes de los movimientos sociales del campo involucrados en el proceso de construcción y un representante de la asociación de los y las estudiantes de la carrera. La fundamentación teórica se dio a partir de la utilización de autores que escriben sobre educación del campo en Brasil, entre los cuales se destacan Caldart (2009,2012), Kolling (2012), Arroyo(2012), Molina(2012), Vargas(2012) con el fin de analizar dialécticamente la carrera de licenciatura en educación del campo en la Universidad Federal de Rondônia (UNIR), y la contribución de los movimientos sociales en este proceso, con el protagonismo de los movimientos del campo en la discusión más amplia sobre la educación del campo en Brasil articulada a un proceso de transformación social. A partir de la investigación fue posible identificar que los movimientos sociales del campo en Rondônia, después de la aprobación del proyecto en el Ministerio de Educación (MEC) y el debate en las instancias de la UNIR en el transcurso del trámite, pasaron a participar significativamente del proceso de construcción y de las discusiones, movilizaciones y acciones que contribuyeron para la continuidad de la carrera.

Palabras clave: Carrera. Educación. Movimientos. Campo. Movilizaciones.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Formação de educadores do campo.** *in:* Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete. et al. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p, p.361-367.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo.** *In:* Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete. et al. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 259-267.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso.** Rio de Janeiro: Trab. Educ. Saúde, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST).** In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete. et al. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 498-502.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido,** 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 35ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** Londrina: Rev. Mediações, 2000.

KOLLING, Edgar Jorge; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. **MST e educação.** In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete. et al. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 502-509.

MARTINS, Suely. **Movimentos sociais e educação do campo: A experiência dos jovens do MST no Paraná.** Juiz de Fora: Educ. foco, 2012.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto comunista.** 1ª edição, São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MICHELOTTI, Fernando. **Residência agrária.** In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete. et al. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 681-686.

MOLINA, Mônica Castagna. SÁ, Lais Mourão. **Licenciatura em educação do campo.** In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete. et al. (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 468-474

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** 1. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011.

SILVA, Paulo Aparecido Dias da. **A falácia da educação integral sob o domínio imperialista: um estudo do programa mais educação em Rondônia.** Manaus, AM: PPGE-UFAM, 2017.

STEDILE, João Pedro. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA. Departamento de educação do campo. **Processo do projeto pedagógico de implantação do curso de licenciatura em educação do campo.** Rondônia, 2012, 435 p.